

GANÂNCIA, RESENTIMENTO, LIDERANÇA E INTERVENÇÕES EXTERNAS NO INÍCIO E NA INTENSIFICAÇÃO DA GUERRA CIVIL EM ANGOLA

Ricardo Sousa

ricardorps2000@yahoo.com

Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL, Portugal) e investigador integrado no OBSERVARE. É doutorado pelo International Institute of Social Studies (ISS) da Erasmus University of Rotterdam (EUR) na Holanda. Foi membro da Research School in Peace and Conflict (PRIO/NTNU/UiO) na Noruega e é investigador de conflitos no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Tem um mestrado em Estudos sobre o Desenvolvimento pela School of Oriental and African Studies (SOAS) da University of London, assim como um diploma de pós-graduação em estudos avançados sobre África e uma licenciatura em Gestão, ambos pelo Instituto Universitário de Lisboa.

Resumo

Compreender a iniciação do conflito é fundamental para o sucesso dos esforços de prevenção de conflitos. A validade dos mecanismos do modelo "Ganância e Ressentimento", assim como a liderança e intervenções externas são testados em quatro períodos de início e intensificação do conflito em Angola. Todos os mecanismos estão presentes, mas a sua relevância relativa varia ao longo do conflito. Entre os mecanismos identificados em cada período, os mais relevantes no período da Guerra Fria são as intervenções internacionais e regionais em 1961 e 1975, e no período pós-Guerra Fria, são os factores "ganância" em 1992 (petróleo e diamantes, pobreza e capital de guerra) e a liderança da UNITA de Jonas Savimbi em 1998. O estudo de caso demonstra que a "ganância" e o "ressentimento" podem estar interligados (como em 1992) e confirma a relevância dos mecanismos de liderança e de intervenções externas.

Palavras-chave

África, Angola, Conflito, Ganância, Ressentimento, Liderança, Intervenções Externas

Como citar este artigo

Sousa, Ricardo Real P. (2016). "Ganância, ressentimento, liderança e intervenções externas no início e na intensificação da Guerra Civil em Angola". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 7, Nº 1, Maio-Outubro de 2016. Consultado [em linha] na data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol7_n1_art5 (<http://hdl.handle.net/11144/2623>)

Artigo recebido em 16 de Fevereiro de 2016 e aceite para publicação em 12 de Abril de 2016





GANÂNCIA, RESENTIMENTO, LIDERANÇA E INTERVENÇÕES EXTERNAS NO INÍCIO E NA INTENSIFICAÇÃO DA GUERRA CIVIL EM ANGOLA¹

Ricardo de Sousa

Introdução

Várias abordagens têm sido desenvolvidas para explicar o início da Guerra Civil. O modelo "Ganância e Ressentimento", popularizado por Paul Collier, foi alvo de intenso escrutínio por parte dos investigadores.

O modelo baseia-se numa abordagem de escolha racional e contrasta as oportunidades económicas que permitem que as pessoas sejam capazes de organizar e financiar uma rebelião ("ganância"), ou seja, a rebelião enquanto ato criminoso, com motivos políticos e sociais através dos quais pessoas querem revoltar-se ("ressentimento"), como as injustiças socioeconómicas sentidas por um grupo social. O modelo é operacionalizado através de uma série de variáveis proxy. As oportunidades para os potenciais rebeldes são: a1) possibilidades de financiamento disponíveis, que podem ser receitas provenientes dos recursos naturais, remessas da diáspora ou o apoio de governos hostis; a2) custos de recrutamento de rebeldes, determinados pelos níveis de rendimentos alternativos; 3) o capital de guerra acumulado; A4) a capacidade do governo de controlar o território, medido em termos do terreno ser adequado para os rebeldes (floresta e montanhas), e o grau de dispersão das populações, e; a5) a coesão social da sociedade e de que forma os factores étnicos e religiosos podem facilitar o estabelecimento e manutenção de grupos de conflito. Os ressentimentos dos potenciais rebeldes são: b1) ódio religioso e étnico entre grupos; b2) nível de repressão política; b3) exclusão política dos grupos, e; b4) desigualdade de rendimentos no país (Collier e Hoeffler, 2004).

A aplicação deste modelo às Guerras Civas entre 1960 e 1999 conclui que o principal mecanismo no início da Guerra Civil é a "ganância", e o desejo de adquirir benefícios económicos e, portanto, a capacidade percebida de organizar e manter uma rebelião. Os principais factores de "ganância" são a existência de recursos naturais (especialmente petróleo), as remessas da diáspora, os baixos custos de recrutamento de combatentes, a vantagem militar em termos de populações dispersas, e o capital de guerra existente no país (desde o último conflito) (Collier e Hoeffler, 2004). O único factor de ressentimento significativo é a exclusão política com dominação étnica, ao mesmo tempo que a diversidade étnica e religiosa diminui as hipóteses de conflito se a dominação étnica for evitada. Por último, o tamanho da população está positivamente

¹ A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia - no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2013, e tem como objectivo a publicação na Janus.net. Texto traduzido por Carolina Peralta.



associado com o despoletar do conflito² (estes resultados encontram-se resumidos na coluna "resultados" na Tabela 1). Fearon e Laitin (2003) chegaram a resultados semelhantes relativamente à relevância dos factores "ganância" para explicar o início de Guerras Civis. Mas consideram que a variável do rendimento baixo é um *proxy* da menor capacidade do Estado de reprimir a rebelião e, conseqüentemente, custos mais baixos para os rebeldes poderem manter uma rebelião, em vez de um proxy da redução dos custos no recrutamento de combatentes, como consideram Collier e Hoeffler (2004). Na opinião de Fearon (2005), se o petróleo for um factor preditor de Guerras Civis, não o será tanto por ser um mecanismo empresarial (como um "prémio" tentador para aqueles que controlam o estado), mas principalmente porque os produtores de petróleo têm um Estado com baixa capacidade para reprimir a rebelião relativamente aos seus níveis de rendimento *per capita*. Os países ricos em petróleo têm menos incentivos para desenvolver o aparelho de Estado necessário para a cobrança de receitas.

Na sequência de abordagens racionalistas-positivistas semelhantes, a validade do modelo foi testada com recurso a avaliação quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa de Hegre e Sambanis (2006) confirmou vários resultados do modelo, incluindo o empresarial (Collier e Hoeffler, 2004) e capacidade de repressão do Estado (Fearon e Laitin, 2003).

O modelo foi posteriormente revisto, considerando que é a viabilidade financeira e militar do conflito que aumenta a probabilidade de iniciação de uma Guerra Civil. A viabilidade é medida principalmente em termos de: o país ser uma ex-colónia francesa e, portanto, sob a égide de segurança da França, o que faz com que a rebelião tenha menor probabilidade de sucesso e seja menos provável; a proporção de jovens do sexo masculino no país que são potenciais combatentes, e; a presença de terreno montanhoso que viabilize a ação militar rebelde (Collier, Hoeffler e Rohner, 2009). Portanto, a questão não é tanto se há um motivo associado a "ressentimento" ou se há uma oportunidade relacionada com a "ganância", mas se a insurreição é viável.

Neste artigo testamos o modelo original de "ganância" e "ressentimento" por três razões. Uma delas é porque os factores de viabilidade são difíceis de testar num único estudo de caso, pois não variam significativamente ao longo do tempo. Uma segunda razão é porque os resultados do modelo de viabilidade reconfirmam os resultados do modelo original, no sentido que os factores de "ganância" são ainda significativos, enquanto os de "ressentimento" não o são (Collier, Hoeffler e Rohner, 2009). Uma terceira razão é que não há acordo no debate sobre a "ganância" e o "ressentimento" e este debate ainda não foi substituído por um sobre a "viabilidade".

O atual debate sobre a "ganância" e o "ressentimento" centra-se em qual dos mecanismos explica o início das Guerras Civis, nos fundamentos epistemológicos dos estudos e nas implicações políticas dos resultados.

O argumento do "ressentimento" remonta à teoria da "privação relativa", que propunha que os mecanismos psicológicos associados à frustração de não satisfazer as expectativas materiais estão na raiz da iniciação dos conflitos (Davies, 1962; Gurr, 1970). Tilly (1978) contestou este argumento, considerando que os factores de ressentimento se encontram disseminados na sociedade e o conflito não está presente

² Isto é interpretado mais como um factor de ganância por aumentar a probabilidade de haver subgrupos populacionais que querem uma secessão.



em todas as sociedades. Em vez disso, é a capacidade de organizar uma rebelião, determinada pelo acesso a recursos materiais e organizacionais, que diferencia as sociedades onde a Guerra Civil tem início ou não. Com o trabalho de Gurr (1970, 2000) sobre o conflito étnico, os ressentimentos ao nível do grupo adquirem outra capacidade para explicar o início do conflito.

Na tradição do argumento do "ressentimento", tem sido sugerido que a rebelião ocorre nos casos de desigualdades horizontais multidimensionais (Stewart, 2002). As desigualdades horizontais acontecem quando a exclusão social e a pobreza ocorrem simultaneamente com a identidade ou fronteiras regionais. Buhaug, Cederman e Gleditsch (2014) usaram as desigualdades horizontais como uma variável proxy para a desigualdade, em vez de recorrerem ao coeficiente de GINI utilizado por Collier e Hoeffler (2004) e Fearon e Laitin (2003), que reflete as desigualdades verticais - desigualdade entre os valores de uma distribuição de frequência do rendimento, a desigualdade económica interpessoal. Concluíram que as desigualdades horizontais constituem um factor importante nas rebeliões e são melhor preditor de insurreição do que as desigualdades verticais³.

A análise qualitativa do modelo de "Ganância e Ressentimento" através de uma série de estudos de caso (Collier e Sambanis, 2005) confirma os seus principais resultados. No entanto, também identifica uma série de limitações e reflexões, algumas das quais o presente estudo de caso sobre Angola se revela particularmente adequado para investigar.

Uma limitação do modelo é a ausência de liderança enquanto factor. Isto deve-se principalmente ao facto de a liderança ser difícil de quantificar. Há duas teorias sobre o papel da liderança na mobilização de grupos étnicos. Uma delas, assente em pressupostos racionalistas e construtivistas, sugere que há uma construção social da identidade por parte das elites políticas, a fim de mobilizar e manipular grupos étnicos para o combate (Gurr, 2000). Esta teoria difere da perspectiva primordial, que considera que há uma propensão inata ao conflito na identidade étnica (Brubaker, 1995).

Outra limitação é a ausência de uma descrição do papel desempenhado pelas intervenções externas. Collier e Hoeffler (2004) recorrem à variável dicotómica da Guerra Fria como substituto, não tendo encontrando nenhuma relação estatisticamente significativa⁴. Contudo, esta variável não capta o efeito diferenciado das variáveis exógenas sobre a Guerra Civil. A Guerra Fria teve diferentes períodos de intensidade, entre o pós-Segunda Guerra Mundial e 1991, quando terminou e com diferentes níveis de envolvimento dos atores externos. Também teve diferentes expressões a nível internacional e regional. A nível regional, podem haver efeitos de difusão e de contágio. A difusão ocorre através das demonstrações, onde os eventos políticos num país servem de inspiração à ação política num outro. O contágio ocorre através de: grupos étnicos comuns transfronteiriços; acumulação de capital guerra (por exemplo, armas de pequeno porte) em regiões específicas; movimentos de refugiados, ou intervenções externas (Sambanis, 2005). O efeito de intervenções externas na Guerra Civil é uma das relações menos estudadas na literatura (Sambanis, 2002). As intervenções externas apoiam as partes beligerantes, afetando a sua propensão para lutar. As

³ Cederman, Weidmann e Gleditsch (2011) e Østby (2008) obtiveram resultados semelhantes.

⁴ A outra variável exógena utilizada foi as remessas enviadas pela diáspora, mas, por motivos de dados, limita-se às remessas enviadas a partir dos EUA.



intervenções militares aumentam diretamente a capacidade militar de lutar e as intervenções económicas diminuem os custos de coordenação e de manutenção de uma rebelião ao aumentarem a probabilidade de sucesso (Elbadawi e Sambanis, 2000).

As intervenções diplomáticas são normalmente utilizadas para encontrar uma solução não violenta para o conflito, e a partilha de informações pode aumentar as hipóteses de se chegar a uma solução política. De uma forma geral, existe evidência de que as intervenções militares têm um efeito de escalada do conflito, enquanto as intervenções económicas e diplomáticas nas Guerras Civis têm um efeito oposto (Regan e Meachum 2014, Sousa, 2015).

As limitações do modelo podem ser contextualizadas recorrendo a considerações epistemológicas mais amplas. Tem sido argumentado que a abordagem assente na escolha racional e o individualismo metodológico destes estudos não contemplam os aspetos sociais, relacionais e históricos (Cramer, 2002). Além disso, a inferência estatística é distinta da causalidade, e o positivismo pode cair em explicações tautológicas do fenómeno com base em conjuntos de dados desarticulados dos significados que os eventos têm no terreno (Korf, 2006).

Uma das principais reflexões de Sambanis (2005) é que se deve considerar a "ganância" e o "ressentimento" como matizes alternativos dos mesmos fenómenos, e não como explicações concorrentes. Existem alguns mecanismos que ilustram esta hipótese. Por exemplo, as instituições políticas funcionais podem fazer diminuir os ressentimentos políticos, mas, ao mesmo tempo, um bom desempenho económico pode encorajar a estabilidade das instituições e, desta forma, afetar os ressentimentos. Também o fracasso do Estado ou a ilegitimidade do governo conduz à anarquia interna, e nesse caso a "ganância" pode ser considerada a procura de sobrevivência pelos grupos da sociedade.

Por último, a relevância deste debate pode ser compreendida relativamente às suas implicações políticas sobre como prevenir a Guerra Civil. A explicação da "ganância" conduz a medidas como o: crescimento e diversificação económica; controlo e gestão dos recursos naturais, e; a força do Estado com intervenções externas orientadas a melhorar a sua capacidade. As explicações que colocam a tónica no "ressentimento" destacam: a indivisibilidade de algumas questões, tais como a identidade, etnia ou religião; a necessidade de inclusão étnica e distribuição mais justa da riqueza no país; soluções mediadas entre as partes, e intervenções externas a fim de garantir um compromisso face aos acordos de paz.

Inspirado no trabalho qualitativo de Collier e Sambanis (2005), este artigo tem um duplo objetivo: o primeiro é testar a hipótese da "ganância" e do "ressentimento" como explicações alternativas, mas também complementares, da Guerra Civil, paralelamente às variáveis, normalmente omitidas, da liderança e efeitos exógenos a nível internacional e regional, na forma de intervenções externas (ou processos de difusão).

O segundo é aplicar o modelo a um estudo de caso histórico em Angola, algo que não foi feito antes. A Guerra Civil em Angola decorreu entre a guerra da independência, e prolongou-se pela Guerra Fria até ao pós-Guerra Fria. Causou mais de 500,000 mortes, dezenas de milhares de pessoas mutiladas por minas antipessoais e o deslocamento de aproximadamente 4,1 milhões de pessoas.



O presente estudo adota a definição de Guerra Civil proposta por Gleditsch et al (2002), que consiste numa incompatibilidade beligerante relativamente a um governo e/ou território com recurso ao uso da força pelas partes, em que pelo menos uma delas é o estado ou o governo, resultando em pelo menos 25 mortes em combate⁵.

A conceptualização das variáveis, neste caso a variável dependente da Guerra Civil, é um dos desafios que se colocam nos estudos quantitativos (Sambanis, 2004). De um modo geral, no caso de Angola existiram dois tipos de guerra: a guerra da independência colonial iniciada em 1961, também apelidada de guerra extra-sistémica e uma Guerra Civil internacionalizada desde a independência, entre 1975 e 2002.

A guerra da independência colonial tem particularidades que a diferenciam da guerra que se lhe sucedeu (no que respeita às questões e às partes envolvidas) que poderia merecer uma análise separada. Mas devido ao facto de a análise original de Collier e Hoeffler (2004) incluir estes tipos de guerra, será igualmente considerada. A Guerra Civil iniciada após a independência internacionalizou-se porque teve o envolvimento militar de atores externos. A questão a considerar aqui é se as recaídas no conflito após períodos de paz na sequência de um acordo de paz devem ser consideradas uma nova Guerra Civil ou não. Em Angola, as recaídas tinham por protagonistas as mesmas partes beligerantes que lutavam sobre a mesma questão e, portanto, não se encaixavam completamente na classificação de uma nova Guerra Civil. Além disso, o modelo do "início" de guerras civis tem como objetivo identificar os principais mecanismos associados a uma mudança qualitativa dos processos políticos num país, onde os atores decidem passar de conflitos não-violentos a uma situação de conflito violento. Os mecanismos nestes casos não são necessariamente os mesmos que encontramos nas situações de recaída. Nas recaídas, o grupo de combatentes e o capital de guerra já existem e este facto pode ter um efeito decisivo sobre os factores que explicam o início da Guerra Civil. Esta dependência histórica é difícil de analisar e também está presente na transição da guerra de independência para a Guerra Civil internacionalizada, onde podemos encontrar algumas das mesmas partes beligerantes, ainda que lutem contra uma parte diferente (díades distintas).

Por este motivo, a análise irá considerar dois inícios, a guerra da independência e a Guerra Civil internacionalizada, e nesta última, duas intensificações do conflito.

Identificam-se quatro períodos na Guerra Civil em Angola entre 1961 e 2002⁶. O primeiro período começou em Fevereiro de 1961 com o início da guerra de independência contra Portugal e estendeu-se até Julho de 1974, com a assinatura de um cessar-fogo entre Portugal e os movimentos nacionalistas. O segundo período iniciou-se em Novembro de 1975 com o começo da Guerra Civil internacionalizada e terminou com os Acordos de Bicesse em Maio de 1991. O terceiro período começou

⁵ Todas as classificações utilizadas neste artigo e as datas de início/intensificação do conflito são retiradas desta fonte, a menos que seja dito o contrário. Os períodos e subperíodos utilizados neste trabalho correspondem significativamente aos propostos por Sambanis (2004) e Collier e Hoeffler (2004), com pequenas diferenças de um ano devido ao nível de violência tido em consideração: Sambanis (2004) e Collier e Hoeffler (2004) consideram que o segundo período termina em Maio de 1991, ano dos acordos de paz em Bicesse, ainda que Gleditsch et al (2002) considerem que, tecnicamente, tanto 1991 como 1992 foram anos de conflito; Sambanis (2004) considera que o terceiro período termina em 1994 e que 1995 foi um ano com muito baixos níveis de violência, não atingindo os limiares para ser considerado de conflito, enquanto para Collier e Hoeffler (2004), o conflito que se iniciou em 1992 só terminou em 2002; Sambanis (2004) considera que o quarto período teve início em 1997, devido à escalada da violência nesse ano.

⁶ Este artigo não analisa o conflito de Cabinda, que ocorre ao mesmo tempo e apresenta dinâmicas semelhantes, mas em muitos casos específicas.



com a intensificação do conflito após as eleições de Setembro de 1992 e terminou em 1995, quando a intensidade do conflito diminuiu significativamente. O período final decorreu entre Março de 1998, quando o conflito se reiniciou, e Abril de 2002, quando terminou⁷.

A Tabela 1 utiliza os valores das variáveis proxy do modelo de Collier e Hoeffler (2004) para os anos mais próximos do início do conflito no período entre 1960 e 1995, comparando os valores para Angola com as médias para todos os países, para os países onde a Guerra Civil não começou e países onde uma Guerra Civil se iniciou. No caso de Angola, os principais indicadores de ganância são propícios à iniciação do conflito: em termos de financiamento, os recursos naturais encontram-se acima da média, e os custos de recrutamento estão abaixo da média⁸ dos valores dos países onde se iniciou uma Guerra Civil; simultaneamente, as possibilidades de controlo por parte do Estado são reduzidas, pois tanto a dispersão geográfica como a população são mais elevados do que a média dos países onde a Guerra Civil começou, e; os indicadores de ressentimento são menos favoráveis à iniciação de conflito pois o fracionamento social é elevado em todo o país mas sem que haja dominação étnica.

A análise histórica neste trabalho identifica tanto os factores de "ganância" como os de "ressentimento" em momentos do início ou de intensificação da Guerra Civil em Angola⁹, sugerindo que as variáveis exógenas para as dimensões internacionais e regionais e a variável endógena de liderança melhoram o poder explicativo do modelo.

O artigo segue uma ordem cronológica dos quatro momentos de iniciação ou intensificação da Guerra Civil, descrevendo e analisando a "ganância", o "ressentimento" e as dinâmicas exógenas. Posteriormente, examina a dinâmica de liderança, que é melhor compreendida transversalmente ao longo dos períodos.

⁷ Collier e Hoeffler (2004) consideram que a Guerra Civil em Angola começou em 1961, 1975 e 1992 e que continuava em 1999, o último ano da base de dados. Devido ao facto de os anos de 1996 e 1997 não terem sido classificados como sendo de conflito por Gleditsch et al (2002), aqui acrescenta-se o ano de 1998 como o de outra intensificação do conflito.

⁸ Exceto para um maior crescimento económico em 1965 (não apresentado na tabela) e 1998.

⁹ Devido ao facto de não haver dados sobre o GINI para Angola e os indicadores de desigualdades horizontais não variarem no período em questão, as evidências do ressentimento baseiam-se em estudos de caso.

Tabela 1: Factores do modelo de Ganância e Ressentimento 1960, 1975, 1990 e 1995

Fator	Proxy (*3)	Resultados	1960 (início da guerra de independência 1961)				1975 (início de guerra civil 1975)				1990 (intensificação da guerra civil 1992)				1995 (reinício de guerra civil 1998)				
			Angola	Todos	SGC In	GC In	Angola	Todos	SGC In	GC In	Angola	Todos	SGC In	GC In	Angola	Todos	SGC In	GC In	
a1) Recursos naturais	Proporção de exportação de produtos básicos primários relativamente ao PIB	+ SIG	0,202	0,138	0,162	0,127	0,380	0,183	0,190	0,189	0,476	0,146	0,154	0,136	0,411	0,142	0,141	0,231	
	Proporção de exportação de petróleo relativamente ao PIB	+ SIG	0,202	0,033	0,033	0,017	0,380	0,051	0,055	0,042	0,476	0,023	0,024	0,029	0,411	0,020	0,019	0,083	
a1) Remessas das diásporas	Emigrantes a viver nos EUA ao longo do tempo desde o último conflito *1000	+ SIG		0,083	0,083			0,046	0,043	0,090		0,015	0,144	0,103	0,322		0,088	0,084	0,183
a1) Apoio do governo hostil	Início da Guerra Civil na Guerra Fria ou pós-Guerra Fria (dicotómica)	+ SIG	1,000	0,070			1,000	0,070			1,000	0,110				0,090			
a2) Baixo custo de recrutamento étipico	Rendimento médio pc (lnPIBpc)	- SIG	6,836	7,324	7,338	6,882	6,594	7,730	7,810	7,464	6,448	7,962	8,085	7,296	6,628	7,974	8,039	8,434	
	Inscrição no ensino secundário de pessoas do sexo masculino)	- SIG	3,000	22,992	24,212	9,356	10,000	39,871	42,343	23,800	12,000	33,959	36,217	43,613		61,362	62,398	60,500	
	Crescimento económico em n-1	- SIG					-9,321	2,423	2,592	0,527	-2,356	0,816	1,032	-1,108	3,583	0,371	0,517	-7,119	
a3) Capital de guerra	Meses desde o último conflito	- SIG	172	157	160	118	1	301	311	168	16	453	467	339		468	481	134	
	Guerra anterior (dicotómica)	SS	0,00	0,14	0,12	0,43	1,00	0,22	0,19	0,70	1,00	0,24	0,22	0,44		0,30	0,28	0,80	
a4) Montanhas	Índice de montanhas	+ p=,164	9,7	17,2	15,8	20,1	9,7	17,2	14,8	29,2	9,7	17,2	14,1	37,5	9,7	17,2	15,7	6,7	
a4) Populações dispersas	Coefficiente Gini de dispersão de população	- SIG	0,648	0,373	0,368	0,393	0,648	0,373	0,368	0,628	0,648	0,373	0,363	0,621	0,664	0,378	0,369	0,789	
	População (ln)	+ SIG	13,39	0,16	0,16	0,13	13,63	0,18	0,19	0,19	16,04	0,13	0,13	0,14	16,19	0,14	0,14	0,23	
a5) Coesão social	Fragmentação social (étnica e religiosa)	- SIG (*1)	4446	1778	1890	2682	4134	1783	1792	1394	3822	1788	1718	2608	3822	1788	1718	4447	
	Fragmentação étnico-linguística	+ SIG	78	40	39	32	78	40	39	33	78	40	39	37	78	40	39	73	
b1) Ódio religioso e étnico	Fragmentação religiosa	SS	36	36	33	44	32	36	37	28	48	36	36	38	48	36	37	38	
	Medida de polarização	SS (*2)	0,070	0,051	0,048	0,074	0,070	0,069	0,069	0,123	0,070	0,053	0,055	0,073	0,070	0,051	0,048	0,168	
b2) Repressão política	Democracia/autocracia (10-0)	- SIG (*1)		3,8	4,0	0,7	0,0	3,0	3,3	0,7	0,0	4,8	3,4	1,7	1,0	3,3	3,6	2,1	
b3) Exclusão política	% do maior grupo étnico – predomínio étnico	+ SIG (*1)	0,000	0,473	0,474	0,343	0,000	0,473	0,446	0,300	0,000	0,473	0,467	0,364	0,000	0,473	0,473	0,400	
b4) Disparidade de rendimento entre os grupos	Coefficiente de Gini	SS		41,178	41,339	38,753		40,841	40,483	44,613		40,789	40,390	33,300		41,094	41,025	31,060	
	Coefficiente de Gini de propriedade da terra	SS		0,643	0,646	0,624		0,636	0,639	0,720		0,639	0,642	0,589		0,639	0,641	0,592	

Notas: os dados são de Collier e Hoeffler (2004) e seguem o intervalo de 5 anos da base de dados. Os anos relatados são os mais próximos do início ou intensificação dos conflitos de 1961, 1975, 1991 e 1998. As células vazias correspondem a dados em falta na base de dados e a coluna "Resultados" indica se a proxy é estatisticamente significativa (SIG) (ao nível de 1%, 5% ou 10%) e a direção do efeito: aumentando (+) ou diminuindo (-) a probabilidade de início de Guerra Civil. SS significa Sem Significância estatística e num dos casos o valor p é reportado. A definição das variáveis encontra-se no artigo original. O principal objetivo da tabela é comparar Angola com outros países e não os valores individuais. Por exemplo, a população é reportada como um logaritmo natural, tal como no artigo original, e a variável emigrante é aqui multiplicada por 1000, de modo a ter um valor mais legível. "SGC In" significa países onde não se iniciou qualquer Guerra Civil no período (nos cinco anos seguintes ao ano identificado) e "GC In" significa países onde uma Guerra Civil se iniciou nesse período. *1 – Resultados da maioria dos modelos testados, mas não de todos; *2 – Significativo num modelo combinado; e *3 – As variáveis identificadas são as reportadas nos modelos independentes. Algumas das variáveis do modelo não foram reportadas nas tabelas de Collier e Hoeffler (2004) devido à ausência de significância, e são: a4) proporção de florestas, densidade populacional e população nas áreas urbanas; b2) abertura política, e; b4) rácio *top-to-bottom* dos quintis de rendimento.

O início da guerra da independência em 1961

No início dos anos sessenta, a estrutura socioeconómica de Angola era tipicamente colonial, com a produção industrial representando apenas uma pequena proporção do seu Produto Interno Bruto (PIB). Havia uma pequena minoria branca que vivia principalmente na capital e que controlava a esfera política local, mas que era dependente da metrópole¹⁰. Uma outra minoria era constituída por crioulos e negros assimilados com direitos de cidadania, que trabalhavam principalmente no setor público e no comércio¹¹. O resto da população de quatro milhões e setecentos mil era toda de origem Bantu e pertencia principalmente a um dos três grupos etnolinguísticos dominantes, os Mbundu, os Ovimbundu e os Bakongo.

Os Mbundu, predominantemente do centro e da região norte¹², juntamente com os crioulos das cidades, tornaram-se a principal base de apoio do MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola. O grupo está associado à religião metodista e à economia urbana de emprego estatal. Os Ovimbundu, oriundos principalmente do planalto central¹³, estão associados à UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola - e pertencem principalmente à igreja Congregacional, estando ligados ao comércio associado com o caminho-de-ferro. Por último os Bakongo¹⁴, da região norte, estão igualmente presentes no Congo (Congo-Brazzaville) e na República Democrática do Congo (RDC). O grupo está associado à FNLA - Frente Nacional para a Libertação de Angola -, pertence principalmente à igreja Batista e está ligado à produção de café (Birmingham, 2006). O principal e às vezes único denominador político comum destes três grupos era a independência de Angola.

Apesar de ter havido sublevações na história de Angola, não surgiram novos ressentimentos sociais e económicos ou oportunidades económicas neste período que pudessem explicar o início do conflito. Em vez disso, o que é específico a este período foram as mudanças que ocorreram no contexto internacional da Guerra Fria, nomeadamente: o pró-nacionalismo inicial da administração Kennedy nos Estados Unidos da América (EUA)¹⁵, e, no âmbito regional, o ano da independência africana em 1960, em particular a independência do Congo (posteriormente chamado RDC)¹⁶.

Neste ambiente internacional e regional propício, no início de 1961 uma sequência de eventos conduziu ao início do conflito. O primeiro evento, em Janeiro, ocorreu quando os Mbundu atacaram principalmente os representantes e os edifícios da indústria do algodão, tirando partido das queixas sobre trabalho forçado e as políticas de produção

¹⁰ 173.000 em 1960.

¹¹ Cerca de 54.000 em 1960 e 30.000 em 1950, respetivamente.

¹² Cerca de 24 por cento da população.

¹³ Cerca de 32 por cento da população.

¹⁴ Cerca de 32 por cento da população.

¹⁵ Até 1962, quando a tese pró-europeia ganha à posição africanista na Casa Branca (Rodrigues, 2004).

¹⁶ Alguns dos acontecimentos contemporâneos incluíram: a independência do Egito em 1951, a Conferência de Bandung para a autodeterminação e governo autónomo de povos colonizados em 1955, a Conferência de Todos os Povos Africanos, que reuniu delegados dos movimentos independentistas e teve lugar em Acra em 1958 e em Tunes em 1960, e, de forma significativa, a independência de 17 países africanos em 1960.



de algodão, que envolvia a produção forçada de algodão, o controlo estatal do mercado e a apropriação de terras (Birmingham, 2006)¹⁷.

No mês de Fevereiro, na capital Luanda, um grupo falhou uma tentativa de libertação de presos políticos nacionalistas, sendo que alguns dos membros do grupo viriam futuramente a pertencer ao MPLA. No rescaldo, seguiu-se uma severa repressão na cidade por parte da polícia e civis armados. Esta revolta pode ser associada às queixas dos crioulos e mestiços entre a população urbana, especialmente em relação às políticas públicas discriminatórias implementadas desde a década de 1950 devido ao aumento do afluxo de colonos portugueses¹⁸ (Hodges, 2001, Birmingham, 2006).

O terceiro evento ocorreu em Março de 1961 nas áreas de produção de café no Bakongo do Norte (Uíge), de onde a rebelião se espalhou violentamente. Neste caso, não foram só os agricultores brancos e as suas famílias que foram atacados, mas também os mestiços e trabalhadores negros migrantes - Ovimbundu originários do sul (Spikes, 1993). Estes últimos eram vistos tanto como colaboradores dos colonizadores (Birmingham, 1999) como a razão para os baixos salários que prevaleciam na região (Cramer, 2006), onde se fazia sentir uma frustração significativa devido à expropriação de fazendeiros de café angolanos no Norte (Cramer, 2002). Holden Roberto, líder do então UPA - União do Povo de Angola¹⁹, viria a reivindicar responsabilidade pela insurreição rural, que ocorreu ao mesmo tempo que ele viajava para Nova Iorque para discutir a autodeterminação de Angola nas Nações Unidas (Spikes, 1993).

Em contraste tanto com os belgas (os colonizadores do país vizinho, de onde vieram os rebeldes da UPA, que ganhara a sua própria independência apenas alguns meses antes) e com a paisagem política da época, a administração portuguesa não negociou e, apesar de a ditadura estar a enfrentar um de seus períodos mais difíceis, o regime reforçou a sua política colonial e aumentou as suas capacidades repressivas na colónia. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma política de "conquista dos corações" dos povos governados e, a nível internacional, jogou-se a "cartada" das Lajes (bases militares estratégicas localizadas nas ilhas dos Açores, de grande importância para os EUA) a fim de aliviar a pressão internacional para a descolonização.

O modelo e o início do conflito em 1961

A maioria dos factores de oportunidade económica não se verificava em 1961, quando a guerra de independência começou. Os recursos naturais tinham um peso significativo no volume das exportações, embora o petróleo não fosse o principal recurso. O café era o principal produto de exportação, com 36 por cento, o que em conjunto com outros produtos agrícolas não transformados, ascendia a 56 por cento do valor total das exportações em 1961, enquanto as exportações de petróleo representavam 20 por cento das exportações (Ferreira, 2006).

¹⁷ Estas queixas já tinham sido associadas a revoltas em 1915 e 1945, embora nessa altura o regime português tivesse tido a capacidade de controlá-las. O único outro período com revoltas ocorreu no início do século, no período de consolidação do controlo português sobre o território, e estavam associadas à resistência oferecida pelos reinos dos Ovimbundu (1902 e 1904) e dos Bakongo (1913 e 1916) (Spikes, 1993).

¹⁸ De 80.000 em 1950, a população de colonos aumentou para 170.000 em 1960 e cerca de 300.000 à época da independência em 1975 (Pereira, 1994).

¹⁹ Que mais tarde se tornou na FNLA.



Não existem dados sobre a diáspora nos EUA para qualquer um dos quatro períodos analisados. Contudo, a literatura qualitativa raramente se refere ao papel da diáspora angolana no financiamento da rebelião, limitando-se a fazer referências individuais aos exilados políticos em Lisboa, Brazzaville e Conacri na década de 1960. Para além disso, Angola não dispunha de capital de guerra e não havia um grande grupo étnico dominante no país. Em vez disso, havia uma minoria de colonos dominantes, portanto, um caso de ressentimento político por parte da população Bantu.

A primeira tentativa de insurreição em Luanda não foi bem-sucedida devido principalmente à capacidade do Estado de controlar uma área com uma alta concentração de população, e levou a que os insurgentes procurassem refúgio na densa floresta do Dembo no nordeste de Luanda (George, 2005). O conflito iniciou-se principalmente no ambiente rural de uma vasta região com uma população dispersa, pelas mãos de um grupo que partilha a identidade Bakongo. Os insurgentes também tinham problemas económicos semelhantes relativamente à política agrícola e laboral no setor do café, que se traduziam no baixo rendimento *per capita* e fraca matrícula no ensino secundário por parte do sexo masculino. Devido à estrutura económica, o prémio associado à tomada do Estado era pequeno porque estava diretamente dependente dos mesmos salários baixos no sector agrícola, em comparação com uma situação em que o rendimento proviria principalmente do petróleo *off shore*. Portanto, o incentivo financeiro para a rebelião pode ser encontrado no exterior.

O facto da liderança da UPA estar baseada em Leopoldville e da RDC se ter tornado independente recentemente contribuiu significativamente para a tese da difusão e contágio. A difusão estava relacionada com o efeito de demonstração da independência da RDC. O contágio estava associado às origens dos insurgentes e agitadores, muito provavelmente Bakongo, que viviam tanto no norte de Angola como no país vizinho. A consciência política nacionalista de uma elite emigrada era apoiada por um ambiente regional e internacional favorável aos movimentos independentistas, com a RDC e os EUA a apoiarem a UPA²⁰.

Em suma, o contexto colonial com os ressentimentos políticos da população, os ressentimentos étnicos devido às desigualdades económicas, população dispersa, que dificultava o controlo Estatal das revoltas, e a coesão dos grupos insurgentes, que diminuía os custos de coordenação de uma rebelião, foram factores importantes para explicar o início do conflito. Mas esses factores tinham estado presentes durante algum tempo em Angola e, portanto, não são suficientes para explicar os acontecimentos em 1961. Em vez disso, o período favorável da Guerra Fria e o contexto regional, com a independência da RDC, poderão ter sido os factores decisivos que conduziram ao início do conflito em 1961.

O início da Guerra Civil internacional em 1975

Apesar da melhoria económica da população local na década de 1960²¹ e dos ressentimentos políticos terem sido resolvidos através da independência de Angola, o cenário da Guerra Fria não permitia o desenvolvimento de uma solução pacífica independente. Também o capital de guerra (na forma de grupos de combate e

²⁰ Desde 1961 que o Conselho de Segurança Nacional dos EUA (CSN) apoiava oficialmente a UPA (Wright, 2001).

²¹ Entre 1962 e 1973 o crescimento médio real do PIB foi de 5 por cento (Ferreira, 2006).



equipamento militar) resultante da anterior guerra da independência foram um desincentivo para os grupos nacionais encontrarem um compromisso político. Esta Guerra Civil que começou em 1975 duraria até Abril de 2002, com uma breve pausa no conflito em 1991/1992 e em 1996/1997.

Dois processos são importantes para entender o início da Guerra Civil: a configuração socioeconómica de Angola antes da independência, e; o processo de transição para a independência, em particular o período entre a data da revolução portuguesa no dia 25 de Abril de 1974 e o primeiro trimestre de 1976.

No período de pré-independência, o crescimento económico e políticas coloniais atenderam aos ressentimentos das populações locais, ao mesmo tempo que uma série de táticas militares provaram ser fundamentais no controlo com sucesso da rebelião. Um certo grau de industrialização e o aparecimento do petróleo como principal produto de exportação constituíram os desenvolvimentos socioeconómicos mais significativos neste período (Ferreira, 2006).

Os três principais movimentos nacionalistas desenvolveram-se de forma distinta, cada um com apoio internacional específico. A FNLA era liderada por Holden Roberto com o apoio de Mobutu Sese Seko e fazia parte dos grupos antissoviéticos, apoiados pelos Estados Unidos (EUA), República Democrática do Congo e República Popular da China. No entanto, o apoio prestado foi simbólico e nunca suficiente para permitir à FNLA conduzir um processo independente capaz de desafiar o governo colonial de uma forma decisiva. Nesta fase, o MPLA encontrava-se ameaçado pela fragmentação, com a "Revolta de Leste" liderada por Daniel Chipenda e a "Revolta Ativa" dirigida pelos irmãos Andrade desafiando a liderança.

Agostinho Neto acabaria por assegurar a sua posição em 1974 assim como o apoio soviético e cubano ao MPLA. Na UNITA, a liderança de Jonas Savimbi estava firme e a presença do movimento fazia-se sentir principalmente nas regiões do sul. A UNITA era o movimento que detinha menos apoio estrangeiro nesta fase. Aparentemente, todos os movimentos independentistas foram tomados de surpresa quando no dia 25 de Abril de 1974 se deu o golpe militar em Portugal para derrubar o "Estado Novo", e que tinha como objetivo fundamental acabar com as guerras coloniais.

Este período em que se dá o início da internacionalização da Guerra Civil apresenta duas características principais: por um lado, a aparente inevitabilidade de cada movimento nacionalista procurar adquirir poder exclusivo em Angola e, por outro, não só a falta de cooperação e coordenação de cada ator externo para conter o ímpeto conflituoso, mas também o aumento gradual do seu envolvimento num processo competitivo.

Inicialmente, Portugal desempenhou um papel de liderança no processo de descolonização, conseguindo assegurar um acordo de cessar-fogo e a assinatura dos Acordos de Alvor pelos três movimentos em Janeiro de 1975. O acordo estipulava um plano de transição e a data de 11 de Novembro de 1975 para a independência. Na prática, Portugal não tinha nem capacidade nem disponibilidade para gerir o processo, e em Agosto de 1975 entregou o processo de transição à sorte dos partidos no terreno.

No princípio, os três movimentos receberam o apoio limitado dos seus apoiantes externos da Guerra Fria. Mas nos meses que antecederam o dia da independência, tanto o MPLA em Luanda como a FNLA no norte de Angola (apoiado pela RDC)



aumentaram progressivamente a intensidade do conflito. Este facto levaria a uma dimensão internacional decisiva em Outubro/Novembro, quando a África do Sul decidiu enviar uma força de invasão de apoio à UNITA, e Cuba aumentou o seu apoio ao MPLA (Operações Savana e Carlota, respetivamente).

Holden Roberto tentou conquistar Luanda com um confronto decisivo na batalha de Quifangondo, que terminou a 10 de Novembro de 1975. Esta batalha opôs o MPLA apoiado pelos cubanos à FNLA apoiada pela RDC. As tropas sul-africanas não estiveram envolvidas porque foram detidas no Lobito (uma cidade no sul de Angola) a caminho da capital. Ao vencer esta batalha e tendo o controlo da capital, o MPLA declarou a independência de Angola a 11 de Novembro de 1975 e reivindicou o direito de governar a sua soberania.

Esta data marca o início da Guerra Civil internacionalizada em Angola e que opôs o MPLA à UNITA e à FNLA. Após a independência de Angola, o congresso americano decidiu, através da emenda Clark, acabar com o envolvimento americano direto em Angola, o que contribuiria, alguns meses mais tarde, para a retirada das forças militares sul-africanas do sul de Angola. A emenda Clark esteve em vigor entre 1976 e 1985, limitando significativamente o apoio americano à FNLA e à UNITA.

O modelo e o início do conflito em 1975

O início da Guerra Civil foi o resultado do acumular de oportunidades. O MPLA e a FNLA tinham a intenção de reivindicar o governo segurando a capital de Luanda no dia de independência, e a UNITA pretendia dominar o sul, com todos os grupos respeitando a integridade territorial do Estado angolano.

As oportunidades derivadas dos ganhos com o conflito estão relacionadas com os recursos naturais e o apoio internacional. O petróleo tinha-se tornado o principal produto de exportação, constituindo um "prémio" importante para o grupo que controlava o governo²². Ao mesmo tempo, embora as condições económicas tivessem melhorado desde 1961, os custos de recrutamento de potenciais rebeldes continuavam baixos em comparação com outros países²³.

O período específico da Guerra Fria foi relevante para determinar a falta de interesse - ou incapacidade - das superpotências em chegar a acordo sobre uma solução de baixa intensidade para o conflito. A fase específica da Guerra Fria, após a guerra árabe-israelense, onde os soviéticos tinham perdido terreno no Médio Oriente e os americanos sido vencidos no Vietname, era propícia aos soviéticos para testar a determinação americana no caso de Angola. Esta decisão foi facilitada pela disponibilidade e "idealismo" dos cubanos, que forneciam o recurso mais complicado de obter - tropas.

A disponibilidade da África do Sul para assumir um papel regional de contrapeso também foi relevante, controlando o fervor nacionalista africano e respetivas tendências soviéticas, em linha com a sua própria necessidade em manter o sistema de apartheid.

²² Representava 36 por cento do PIB em 1975.

²³ O rendimento *per capita* e a matrícula no ensino secundário era inferior à média dos países onde a Guerra Civil começou entre 1975 e 1980.



Além disso, o capital de guerra²⁴ conferiu aos grupos a capacidade organizacional para fazer a guerra, mas também o reconhecimento internacional consubstanciado nos três grupos signatários dos Acordos de Alvor. Neste caso, o capital de guerra não está ligado à acumulação de ódios entre os grupos porque o principal inimigo comum tinha sido os portugueses²⁵.

Outro factor foi o vazio de poder no governo nacional. A nível simbólico, nenhuma das partes beligerantes conseguiu conquistar o poder colonial, mas antes foi o poder estabelecido que proclamou a sua própria extinção. Não havia nenhuma força legítima para assumir o poder e, portanto, requeresse um processo de transição propício à concorrência. Ao mesmo tempo, como Portugal se encontrava incapaz de assegurar o papel de mediador em todo o processo de transição, o monopólio do poder foi, na prática, abandonado aos atores que o disputavam, com alguma vantagem para o MPLA, pois estava baseado em Luanda.

Finalmente, e inversamente à previsão do modelo²⁶, a elevada fragmentação social no país²⁷ e a falta de dominação étnica poderão ter contribuído para o início do conflito. Em Angola existiam três partidos políticos formados com base em identidades étnicas de importância semelhante e nenhum tinha uma presença hegemónica. Para além de outros factores, poderá ter sido precisamente esta falta de hegemonia de qualquer um dos três grupos que conduziu às condições políticas de cada um dos grupos e às suas ambições hegemónicas de poder num processo de transição de regime.

Em suma, as potenciais receitas do petróleo provenientes do controlo do estado (e os baixos custos de recrutamento de combatentes) foram importantes neste período, juntamente com o capital de guerra, mas precisam de ser analisados juntamente com as dinâmicas regionais e internacionais da Guerra Fria que contribuíram para a escalada do conflito. As intervenções externas internacionais e regionais explicam significativamente o processo de escalada do conflito. Ao mesmo tempo, a fragmentação social sem hegemonia foi a condição que conduziu a um processo concorrencial conflituoso para ocupar o vazio de poder deixado pelos portugueses, que não foram derrotados, tendo-se retirado do conflito.

O fracasso das eleições de 1992

A assinatura dos Acordos de Nova Iorque em 1988 marcou o fim da influência da Guerra Fria na Guerra Civil em Angola. Os acordos implementaram a resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que concedeu a independência à Namíbia, acordou a retirada das tropas cubanas de Angola e, indiretamente, o fim das incursões sul-africanas no sul de Angola.

Três anos depois, em Maio de 1991, os Acordos de Bicesse foram assinados entre o MPLA e a UNITA, e incluíam um plano para a realização de eleições. Os Acordos de Bicesse trouxeram um período de paz relativa a Angola, que se manteve até às eleições de Setembro de 1992, quando o conflito recomeçou após o anúncio dos resultados das eleições.

²⁴ Resultante dos 14 anos de insurreição.

²⁵ Mesmo que os três grupos raramente estivessem envolvidos em operações conjuntas.

²⁶ De acordo com o modelo, quando há uma maior fragmentação social e a hegemonia é evitada, a probabilidade de início de conflitos diminui significativamente.

²⁷ Quase o dobro dos níveis identificados nos países quando se iniciam Guerras Civis.



O fracasso em assegurar a paz neste processo esteve em parte relacionado com as características organizacionais, económicas e políticas específicas das duas partes em conflito.

O partido do MPLA passou por uma reorganização significativa após a presidência de Agostinho Neto ter sido contestada dentro do partido num golpe de Estado falhado liderado por Nito Alves em 1977²⁸. Com a morte de Agostinho Neto em 1979, José Eduardo dos Santos assumiu a presidência do partido e do Estado. O MPLA foi um projeto de estado inspirado na ideia marxista-leninista durante a maior parte do final dos anos setenta e oitenta. Mas reformas tiveram que ser iniciadas na década de noventa como resultado de uma série de constrangimentos estruturais, nomeadamente: a dependência excessiva da economia no petróleo torna-a suscetível às flutuações dos preços do mesmo; um sistema económico desacreditado e em dívida; o fim do apoio dos seus hábeis parceiros estratégicos²⁹; o colapso do aparelho de Estado em termos de educação, saúde, água, esgotos, lixo, eletricidade e transportes (Pereira, 1994), e; um impasse militar no conflito³⁰.

Neste contexto, o MPLA iniciou um processo de reformas político-económicas: abriu o estado ao sistema multipartidário; abriu ainda mais a economia; promoveu a participação da sociedade civil, e; introduziu a liberdade de imprensa. Estas mudanças foram inspiradas nos modelos propostos pela comunidade internacional e estavam em conformidade com as exigências da UNITA (Hodges, 2001). Do ponto de vista económico, a reforma foi parcial no que toca à missão impossível de fundir mecanismos de mercado regulados por um plano numa economia centralizada e planificada (Ferreira, 2002). Politicamente, a Constituição foi modificada em 1991 e 1992, com uma série de leis aprovadas no espírito dos Acordos de Bicesse. A incapacidade de implementar as disposições de descentralização e de governo local previstas na Constituição, juntamente com o reforço do sistema presidencial, significou o estabelecimento de um sistema de pirâmide formal sob o presidente. Significou igualmente que se decidia "tudo ou nada" nas eleições. A ideologia da UNITA, o outro partido principal, era uma mistura de Maoísmo com nacionalismo³¹ e regionalismo³² Ovimbundu. Ao longo da década de 1970, a UNITA transformou-se numa organização estruturada e hierárquica dentro das exigências de um movimento nacionalista, exercendo o monopólio da violência dentro das áreas controladas e operando um aparelho administrativo, que incluía a prestação de serviços sociais (Bakonyi e Stuvøy, 2005). Durante a década de oitenta, a UNITA expandiu o seu controlo territorial³³, desenvolveu a economia assente nos diamantes e melhorou a estrutura de governança³⁴.

A coesão organizacional interna da UNITA foi mérito da sua liderança e de um sistema patrimonial eficaz, mesmo que dependente do financiamento da CIA e do apoio militar da África do Sul (Stuvøy, 2002).

²⁸ De acordo com Hodges (2001, p.46), as iniciativas tomadas no período após a tentativa de golpe resultaram numa cultura caracterizada por "medo, conformismo, dependência do Estado, falta de iniciativa e submissão", num processo que ele refere como a "perda da inocência" em Angola (ibid, p.161).

²⁹ Politicamente e economicamente a União Soviética, e Cuba do ponto de vista militar.

³⁰ Incapaz de vencer militarmente a UNITA, mesmo após o fim do apoio direto da África do Sul.

³¹ Diferente do nacionalismo da FNLA ou do MPLA.

³² Por oposição às perspetivas marxista, pan-africanista e socialista, que prevaleciam na altura.

³³ O território controlado pela UNITA era o planalto central, o seu principal bastião.

³⁴ Alguns analistas consideram-na um quase-Estado.



Em contraste com o MPLA, a UNITA estava intimamente ligada às estruturas de poder tradicionais locais. No final da década de 1980, um número estimado de 8.000 a 10.000 pessoas vivia sob o domínio da UNITA na Jamba, cerca de 80.000 a 100.000 nos seus arredores e tinha cerca de 30.000 soldados em 1984 (George, 2005). A UNITA considerava que uma solução eleitoral lhe daria uma vitória sobre o seu principal concorrente na altura, o MPLA, e estava unida em torno da liderança de Jonas Savimbi.

Relativamente ao bem-estar geral da população, a partir de 1987 Angola foi classificada como estando em estado de calamidade e em 1991 recebeu 6 milhões de dólares de assistência, parte de um pacote de 40 milhões de dólares de ajuda humanitária canalizada para Organizações Não-Governamentais. Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) forneceu 165 milhões de dólares para os refugiados e para combater as secas.

Os angolanos tiveram que escolher um desses dois partidos e os seus líderes nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, nas primeiras eleições livres e justas em Angola. Um total de 4,8 milhões de angolanos votou, com uma taxa de participação de 92 por cento dos eleitores registados³⁵ (Pereira, 1994). O resultado das eleições para a presidência não concedeu a maioria necessária a qualquer um dos concorrentes, mas José Eduardo dos Santos, com 49,7 por cento, tinha conseguido mais votos do que Jonas Savimbi, com 40 por cento. A segunda volta das eleições nunca se realizou porque o conflito recomeçou³⁶.

A derrota eleitoral da UNITA refletia o caráter étnico do partido. Das quatro províncias onde ganhou³⁷, só numa é que os Ovimbundu não constituíam a maioria - a de Kuando Kubango, onde a UNITA operava desde os anos 1970. Em contraste, o MPLA foi capaz de atrair grupos além dos Mbundu (Hodges, 2001). Este padrão eleitoral reflete o que Pereira (1994) identifica como a visão de choque dos partidos, ambos patrióticos e centralizadores do estado, o MPLA inclinando-se para um nacionalismo inclusivo, enquanto a UNITA tinha um cariz particular de nacionalismo étnico. Embora os observadores tivessem considerado as eleições justas, a UNITA não aceitou os resultados anunciados no dia 17 de Outubro de 1992 e intensificou o conflito. Desta vez, o conflito ocorreu não só no campo, mas também nas cidades, incluindo Luanda (Wright, 2001), e teve como alvo o próprio sistema estatal. Em Dezembro de 1992, o governo de Angola lançou uma contraofensiva militar (Wright, 2001) e a Guerra Civil recomeçou.

O modelo e a intensificação da guerra civil em 1992

Embora a década de 1990 tivesse começado com uma série de factores favoráveis à paz, como o fim da Guerra Fria, o compromisso internacional e regional de paz e o anseio da população pela paz (tal como atesta a participação da população no ato eleitoral), o reinício do conflito em 1992 está principalmente relacionado com as oportunidades económicas proporcionadas pelos recursos do país (diamantes e petróleo), combinado com os ressentimentos políticos gerados por um modelo de governo onde o "vencedor ganha tudo".

³⁵ 90 por cento da população adulta estava registada.

³⁶ O Parlamento foi ganho pelo MPLA com 54 por cento dos votos contra os 34 por cento da UNITA, com os outros pequenos partidos vencedores detendo 12 por cento dos votos.

³⁷ Benguela, Bié, Huambo e Kuando Kubango.



As oportunidades de financiamento do MPLA através do petróleo, e dos diamantes no caso da UNITA³⁸ determinaram substancialmente a predisposição para o conflito, principalmente no caso da UNITA, mas também indiretamente no do MPLA. Para a UNITA, esta predisposição foi mais direta no sentido em que tinha perdido as eleições e, portanto, estava prestes a perder o controlo sobre o seu território³⁹ e a sua fonte de receitas (diamantes).

No caso do MPLA, não há evidência contrafactual para a sua eventual reação caso tivesse perdido as eleições. Contudo, o facto de haver um modelo presidencial do "tudo ou nada" permite supor que o MPLA não tinha a intenção de partilhar ou abandonar o poder executivo estatal que controlava as receitas do petróleo. Os recursos naturais foram um factor-chave nesta fase e a melhor comparação para o papel que desempenharam reside no caso de Moçambique, que teve uma história da Guerra Civil semelhante, mas que, sem recursos naturais, conseguiu alcançar a paz em 1992.

Juntamente com os recursos naturais, o sistema de governo em vigor na altura das eleições, um modelo presidencial não descentralizado, contribuiu para um factor essencial: ressentimento devido a exclusão política de um grupo⁴⁰, tanto a nível central como local da governação. Este ressentimento seria inaceitável para uma UNITA autoritária endurecida pela guerra, que, juntamente com o histórico baixo nível de unidade nacional e as limitações dos Acordos de Bicesse, contribuiu de forma decisiva para o fracasso do plano de paz⁴¹ (Pereira, 1994). De um modo geral, a responsabilidade da liderança no conflito pode ser atribuída a ambas as partes (Anstee, 1996), mesmo se nesta fase em particular a UNITA e o presidente Jonas Savimbi tivessem sido identificados como "saqueadores gananciosos" do processo de paz (Stedman, 1997).

Além das principais dinâmicas descritas anteriormente, uma série de outros factores contribuíram para o conflito ou foram favoráveis à paz. Por um lado, houve factores de oportunidade que contribuíram para o conflito, tais como: os custos baixos atípicos de recrutamento, com milhares de pessoas que não conheciam outro tipo de trabalho além de lutar ou viver numa economia de guerra; a destruição da economia e a pobreza generalizada, que não ofereciam grandes alternativas de rendimento aos jovens desempregados ou aos soldados desmobilizados, e; a acumulação de equipamento de guerra de onde se podia extrair retornos rápidos e fáceis. Por outro lado, os factores que contribuíram para a paz foram: a dinâmica internacional e regional com apoio ativo da ONU e a decisão das grandes potências de proibir o apoio militar às partes em conflito; a concentração da população em áreas urbanas devido à guerra, e; a legitimação nacional do governo por se terem realizado eleições.

³⁸ A proporção de exportação de produtos básicos primários em relação ao PIB foi de 47% em 1990.

³⁹ Porque a legislação de descentralização ainda não tinha sido aprovada.

⁴⁰ Considerando a economia assente nos recursos, poder-se-ia argumentar que a exclusão política também significava exclusão económica.

⁴¹ As limitações dos Acordos de Bicesse foram os recursos limitados da ONU para o mandato, o curto espaço de tempo do processo, a execução das eleições sem o cumprimento integral das cláusulas do acordo (principalmente em relação à componente militar), e a inexistência de uma solução de partilha de poder (Hodges, 2001).



A intensificação da Guerra Civil em 1998

Após o recomeço da Guerra Civil em 1992, o conflito diminuiu em 1996 e 1997, representando dois anos de quase paz no país. Contudo, a Guerra Civil eclodiu novamente em 1998 e duraria até 2002.

Entre 1992 e 1998 fizeram-se avanços significativos na implementação de um modelo multipartidário, com um sistema de governo mais inclusivo, ao mesmo tempo que o governo angolano adquiriu legitimidade com as eleições de 1992 e com o reconhecimento dos EUA em 1993. A UNITA voltaria à mesa de negociações em 1993, como resultado de perdas territoriais para o MPLA⁴² e das sanções das Nações Unidas em 1993 visando a liderança da UNITA. No ano seguinte, a 20 de Novembro de 1994, Jonas Savimbi assinou o protocolo de Lusaka.

O protocolo baseava-se no de Bicesse, mas continha disposições significativas para a maior partilha do poder executivo entre as partes e a realização de eleições só após o fim das atividades militares. Estipulava ainda o respeito pela legislação nacional por parte da UNITA, que os representantes eleitos da UNITA deveriam assumir os seus mandatos no parlamento, a devolução de todos os bens aos membros da UNITA e garantias de alojamento para os líderes da UNITA (Wright, 2001). A responsabilidade pela monitorização do acordo foi confiada à ONU, e uma força de paz significativa foi instaurada em Fevereiro de 1995.

Do ponto de vista da economia, a década de 1990 caracterizou-se pela incapacidade do governo em implementar um programa económico coerente. Para Ferreira (2006), a guerra certamente condicionou a economia angolana, mas os principais obstáculos foram as políticas inadequadas e o sistema político que promoveu uma elite rentista. Como Oliveira (2007) refere, é a receita do petróleo nos petro-estados que permite que um sistema insustentável dure muito tempo para além do seu período normal de vida e, juntamente com ele, a elite que o administra.

Para a UNITA, esta década foi marcada pelo processo malsucedido de transformação de uma força de guerrilha em partido político com representação parlamentar e responsabilidades executivas. Deu-se assim um duplo processo de desintegração: o do "sistema social" estabelecido no "quase-Estado", e; outro relativo à liderança do partido com o aparecimento de fações separatistas⁴³. As dificuldades em fazer com que a UNITA cumprisse o protocolo de Lusaka levaria a comunidade internacional a continuar com uma política de sanções. Em 1997 e 1998, as sanções das Nações Unidas tiveram como alvo a liderança da UNITA, o partido da UNITA e em particular o negócio dos diamantes. Estima-se que as receitas de diamantes da UNITA andavam na ordem dos 2 a 3,5 milhões de dólares entre 1992 e 1998 (Cramer, 2006).

Devido à falta de implementação dos protocolos de Lusaka pela UNITA, em Dezembro de 1998, no IV Congresso do MPLA, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou que o único caminho para a paz era a guerra, pedindo o fim do processo de paz de Lusaka e o fim da missão da ONU⁴⁴ (Hodges, 2001). Em Janeiro de 1999, José Eduardo dos

⁴² Em 1992, a UNITA controlava cerca de 60 a 70 por cento do território, enquanto em 1994 controlava 40 por cento. Em Novembro de 1994 perdeu as áreas chave de Huambo e Uige.

⁴³ Por exemplo a UNITA Renovada em 1998.

⁴⁴ Saiu em Fevereiro de 1999.



Santos reuniu um gabinete de guerra para alcançar a vitória total (James, 2004) e em Julho desse ano, o governo de Angola, através do seu Departamento de Investigação Criminal, emitiu um mandato em nome de Jonas Malheiro Sidónio Savimbi por crimes de "rebelião armada, sabotagem e assassinio" (James, 2004, p.xxxv). A guerra tinha-se reiniciado e desta vez só terminaria após a morte em combate de Jonas Savimbi a 12 de Março de 2002.

O modelo e a intensificação do conflito em 1998

O contexto de uma contínua falta de cumprimento das disposições dos acordos por parte da UNITA levou o MPLA a optar por uma solução bélica para o conflito, dentro de um contexto socioeconómico específico.

Por um lado, a UNITA parecia nunca aceitar qualquer solução de paz. A incapacidade de atrair a plena cooperação da UNITA, ampliando a fórmula de paz de partilha do poder levou a uma maior pressão da comunidade internacional, o que intensificou a desintegração do partido, já em curso. Embora alguns membros da UNITA assumissem funções legislativas e executivas, a fação de Jonas Savimbi não aceitou o processo, continuando a desafiar a constitucionalidade do Estado.

Por outro lado, o MPLA estava a ser pressionado internacionalmente e internamente. Não conseguia implementar processos de reforma económica numa fase em que a economia estava extremamente debilitada. Embora as receitas do petróleo fossem fundamentais e suficientes para a manutenção do sistema patrimonial em torno do presidente, as iniciativas sucessivas de inspiração populista e restrições às liberdades civis revelam preocupações com a crise económica e ressentimentos populares (MRP, 2005)⁴⁵. Numa altura em que o MPLA poderia ser mais responsabilizado pela sua governação, a comunidade internacional passou a década de 1990 a criticar e pressionar o MPLA para aumentar a transparência, ter maior respeito pelos direitos humanos e pela justiça. O envolvimento militar do MPLA nos conflitos na República do Congo em 1997 e na RDC em 1998 permitiu-lhe fechar bases estrangeiras da UNITA.

Desta forma, e especificamente para o MPLA, os factores identificados para o início do conflito em 1992 ainda se mantêm, em particular as oportunidades de financiamento a partir do petróleo, o baixo nível de fontes alternativas de rendimento para potenciais soldados, o alto nível de capital guerra acumulado, juntamente com um certo ódio dirigido aos Ovimbundu que se tinha desenvolvido, entretanto (de que a violência étnica pós-eleitoral é um exemplo). No entanto, nesta fase, também poderão ter havido outros factores que contribuíram para o início da Guerra Civil relacionados com a sobrevivência política da elite do MPLA e uma perspectiva de que a debilidade da UNITA⁴⁶, juntamente com o apoio internacional ao MPLA, poderia permitir a vitória militar do MPLA.

A UNITA, por sua vez, tentou manter o estado dentro do estado até ao último momento, com as suas características económicas e sociais específicas. O facto de a UNITA ter sido financiada por diamantes e o MPLA pelo petróleo a partir de um enclave

⁴⁵ O ressentimento foi também resultado da estratégia de guerra de "implosão social" adotada pela UNITA a partir de 1992 com ataques em áreas urbanas, aos sistemas administrativos e forçando o êxodo da população para as cidades, ao mesmo tempo que cometia atrocidades humanas.

⁴⁶ Tanto politicamente como militarmente, resultado do estrangulamento das fontes de receita.



foi importante na medida em que aumentou progressivamente os recursos disponíveis para o MPLA (com uma fonte segura) e diminuiu os da UNITA (com uma fonte incerta), com possíveis repercussões nas capacidades militares. Por conseguinte, a manutenção das áreas de recursos e respetivas receitas foram importantes para a capacidade militar, mas não parecem ter sido a principal motivação. Em vez disso, permitiram que o conflito se arrastasse e depois que recomeçasse, reforçando a perspectiva de que os recursos são um meio, bem como uma finalidade, no conflito. Por exemplo, é muito provável que, nesta fase do conflito, a liderança da UNITA teria tido mais a ganhar financeiramente em mudar-se para Luanda e integrar o sistema neo-patrimonial do Estado, em vez de continuar lutando. Isto é corroborado pela fragmentação e emergência da UNITA-Renovada.

Finalmente, esta beligerância da UNITA, que se divide para continuar lutando, reforça a importância da liderança, neste caso, Jonas Savimbi, e o papel que este facto desempenha na concretização ou não de soluções políticas. No reinício do conflito em 1998, começou a tornar-se evidente que o conflito dependia da capacidade militar e liderança de Jonas Savimbi.

Liderança

Vários elementos contribuem para uma explicação racionalista e construtivista do papel da liderança em Angola, em vez de perspectivas primordiais.

Na descrição acima exposta, as lideranças são apresentadas como sendo individualizadas, mas, de facto, os quatro líderes principais são o topo de uma estrutura de poder político, económico e militar, e, nestes casos, maioritariamente autocráticos e centralizados, mas dependendo de uma rede de elite e poder. Agostinho Neto necessitou de redefinir o partido para consolidar a sua liderança do MPLA; José Eduardo dos Santos promoveu uma *nomenklatura* económico-militar assente no petróleo; Jonas Savimbi baseou a sua estrutura nos líderes tradicionais e no sistema patrimonial dos diamantes, juntamente com uma ala militar; e Holden Roberto estava significativamente relacionado com a elite de Mobutu Sese Seko.

Já com capacidades de liderança reconhecidas enquanto membro da FNLA e após ter negociado com o MPLA na década de 1960, parece que foi uma determinação messiânica ou ambição que levou Jonas Savimbi a optar por iniciar um processo a partir do zero e criar a UNITA sem apoio internacional significativo nos anos sessenta. Com apenas um pequeno grupo nacionalista e não representativo em 1975, foi depois da independência que Jonas Savimbi conseguiu montar uma estrutura socioeconómica de "quase-Estado" no sul de Angola. Estas origens e o desenvolvimento da UNITA enquanto grupo étnico coerente foi produto essencialmente de uma construção social pela elite política, em detrimento de perspectivas primordiais. Após o fim da Guerra Fria e das eleições de 1992, a sobrevivência da UNITA fora do Estado deve-se principalmente à sua capacidade estabelecida. Também nessa época, foi a incapacidade de aceitar um papel secundário na estrutura do Estado que levou Jonas Savimbi a envolver-se novamente em conflito. Mesmo os períodos de paz, ou de quase paz, assemelham-se mais a fases de organização e gestão do *status quo*, já que Jonas Savimbi nunca ocupou o seu lugar na capital – Luanda.



A desintegração da UNITA neste período atesta igualmente contra uma visão primordial, pois alguns elementos da direção da UNITA conseguiram integrar-se no sistema do MPLA.

Podemos identificar a importância de Jonas Savimbi pelo facto de o conflito só terminar após a sua morte em 2002. Com o benefício de uma análise retrospectiva, parece que o único momento em que um acordo com Jonas Savimbi poderia ter sido possível foi em 1975, se uma solução federalista tivesse sido estabelecido antes de a UNITA criar o "quase-Estado" e, eventualmente, em 1992, se uma solução descentralizada tivesse sido implementada, embora naquela altura parecesse praticamente impossível colocar Jonas Savimbi sob alguma outra autoridade.

O outro líder, Holden Roberto, é essencialmente a manifestação de um factor externo, representante do primeiro impulso nacionalista no continente, ligado após 1970 a Mobutu Sese Seko. Desde o início do processo de independência da RDC, a libertação do povo Bakongo tinha estado na agenda dos líderes nacionalistas e Holden Roberto surgiu como o líder de um movimento que rapidamente mudou o seu foco regionalista para um foco nacionalista e pan-africanista, de acordo com as orientações políticas prevalecentes. Intimamente associado aos movimentos políticos emergentes de Leopoldville, Holden Roberto não tinha a determinação, capacidade ou possibilidade de ter um movimento independente e isto poderá ter levado à sua apropriação por Mobutu Sese Seko, que acabou por ordenar-lhe que deixasse o país em 1987 (Spikes, 1993). A falta de financiamento não terá sido o principal factor neste processo gradual de desaparecimento da FNLA, pois os EUA só trocaram o apoio à FNLA para a UNITA após a independência.

Também no caso da FNLA, foi a construção de identidade pela liderança com apoio externo que alimentou a rebelião. O facto de a FNLA e sua liderança terem praticamente desaparecido no período pós-independência, enquanto o conflito entre o MPLA e a UNITA continuou, reforça a rejeição de perspetivas primordiais.

Finalmente, no caso do MPLA, a liderança inicial de Agostinho Neto foi fundamental pois transformou um partido heterogéneo num grupo político coeso, deixando o caminho livre para José Eduardo dos Santos. Parte da escalada do conflito em Luanda em 1975 pode ser atribuída a Agostinho Neto enquanto líder do MPLA (possivelmente ajudado pelos portugueses), mesmo que fosse inevitável que a FNLA tentasse tomar a cidade. José Eduardo dos Santos recebeu um partido homogéneo em 1980, mas tem o mérito de mantê-lo e governar o partido sem desafios violentos à sua liderança.

Formado por mestiços e Mbundu, o MPLA teve uma plataforma mais inclusiva e multiétnica, que nas suas origens assentava em fundamentos mais ideológicos. Mesmo não existindo evidência para reforçar uma tese construtivista, aponta para uma rejeição da perspetiva primordial. Exemplos significativos incluem a adoção do Português como língua nacional ou a campanha para a eleição de 1992 assente num discurso multiétnico inclusivo, contrastando com a UNITA, que tinha explicitamente uma agenda étnica exclusivista.

Conclusão

O estudo de caso valida a importância da liderança e das intervenções externas como variáveis explicativas do início ou intensificação da Guerra Civil. No geral, todos os



factores - "ganância", "ressentimento", liderança e intervenções externas – estiveram presentes em Angola. O desafio é distinguir entre os mecanismos (factores) presentes em cada início ou intensificação do conflito, aquele(s) que mais decisivamente contribuiu para esse resultado, mesmo se limitado pela dificuldade de isolar os processos com dependência histórica.

O início da guerra da independência 1961 é o menos bem explicado pelo modelo de "ganância" versus "ressentimento". Foi com base na combinação de ressentimentos económicos e políticos ao longo de linhas étnicas que o conflito contra a dominação colonial surgiu. Mas este motivo da descolonização não teria encontrado forma e expressão sem influência externa. A difusão regional e internacional da ideia de independência, juntamente com o apoio político e militar (limitado) foram os mecanismos necessários para o conflito começar.

O início do conflito em 1975 é explicado principalmente pela Guerra Fria e pelos factores de "ganância" económicos. Numa configuração inicial, surge o vazio de poder resultante da independência que, combinado com um fracionamento sem hegemonia, conduziria a uma concorrência intensa sem que nenhum partido fosse capaz de reivindicar legitimidade para o governo. Os aspectos económicos surgem principalmente através da existência de recursos que constituíam um prémio importante para os vencedores, mas esses factores de "ganância" são operativos principalmente através do apoio externo no contexto geopolítico da Guerra Fria. O apoio prestado a nível internacional e regional às partes em conflito foi um mecanismo essencial para o começo do conflito.

Na intensificação do conflito em 1992, podemos encontrar factores de "ganância" na importância dos recursos (petróleo e diamantes), na pobreza e nos anos de conflito, e factores de "ressentimento" no sistema de governança, que concedeu poder hegemónico ao vencedor das eleições e ressentimentos políticos ao vencido.

Mas, nesta fase, os recursos naturais tinham-se tornado os meios e os fins do conflito tanto para o MPLA como para a UNITA, explicando a solução constitucional adotada nas eleições de o "vencedor ganha tudo". Portanto, os factores económicos de "ganância" parecem ser o mecanismo essencial para a intensificação de conflitos nesta fase. É importante destacar que neste período houve um contexto internacional e regional propício a uma solução pacífica. A partir desta fase, a liderança de Jonas Savimbi assumiu um papel importante na impossibilidade de acabar com o conflito.

Finalmente, na intensificação do conflito em 1998, podemos encontrar os mesmos factores económicos de "ganância" de 1992. O ressentimento político resultante do sistema de governação existente em 1992 tinha sido resolvido através de soluções de maior partilha de poder que foram capazes de atrair alguns membros da UNITA. A liderança de Jonas Savimbi constituiu o factor essencial para explicar a intensificação dos conflitos nesta fase. O fim do conflito após a morte de Jonas Savimbi destaca a importância de eliminar os factores de "ressentimento" na prevenção de conflitos.

Referências bibliográficas

Anstee, M. Joan (1997). *Orphan of the Cold War: The Inside Story of the Angolan Peace Process, 1992-23*, Porto: Campo das Letras



- Bakonyi, J. & Stuvøy, K. (2005). Violence & social order beyond the state: Somalia & Angola. *Review of African Political Economy*, 32:104, pp.359 – 382.
- Birmingham, D. (2006). *Empire in Africa – Angola and its Neighbours*, Athens: Ohio University Press.
- Birmingham, D. (1999). *Portugal and Africa*, Houndmills: Macmillan Press.
- Brubaker, R. (1995). "National Minorities, Nationalizing States, and External National Homelands in the New Europe". *Daedalus* 124 (2): 107–32.
- Buhaug, H., Cederman, L. and Gleditsch, K.S. (2014). "Square Pegs in Round Holes: Inequalities, Grievances, and Civil War". *International Studies Quarterly*.
- Cederman, L, Weidmann, N.B. and Gleditsch, K.S. (2011). Horizontal Inequalities and Ethnonationalist Civil War: A Global Comparison. *American Political Science Review*, 105, pp 478-495.
- Collier, P., Hoeffler, A. and Rohner, D. (2009). Beyond Greed and Grievance: Feasibility and Civil War. *Oxford Economic Papers* 61: 1-27.
- Collier, P. and Hoeffler, A. (2004). Greed and grievance in Civil War. *Oxford economic papers*, 56, pp.563-595.
- Collier, P. and Sambanis, N. (ed.) (2005). *Understanding Civil War (Volume 1: Africa): Evidence and Analysis*, World Bank.
- Cramer, C. (2006). *Civil War is not a Stupid Thing: Accounting for Violence in Developing Countries*. London: C Hurst & Co Publishers Ltd.
- Cramer, C. (2002). Homo Economicus Goes to War: Methodological Individualism, Rational Choice and the Political Economy of War, *World Development* Vol. 30, nº 11, pp. 1845–1864.
- Davies, J. C. (1962). Toward a Theory of Revolution, *American Sociological Review* 6 (1): 5–19.
- Elbadawi, I. and Sambanis, S. (2000). "External Interventions and the Duration of Civil Wars". *Policy Research Working Paper 2433*, The World Bank Development Research Group: 1 – 18.
- Fearon, J. D (2005). Primary Commodity Exports and Civil War. *Journal of Conflict Resolution* 49, 4 (August), 483-507.
- Fearon, J.D. e Laitin, D.D. (2003). Ethnicity, Insurgency, and Civil War, *American Political Science Review* 97, 1 (February): pp. 75-90.
- Ferreira, M.E. (2006). Angola: Conflict and development, 1961-2002. *The Economics of Peace and Security Journal*, Vol. 1, nº1, pp. 25-29.
- Ferreira, M.E. (2002). Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990). *Análise Social*, vol. XXXVII, nº162, pp. 47-90.
- George, E. (2005). *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991 - From Che Guevara to Cuito Cuanavale*, London: Frank Cass.
- Gleditsch, N.P., Wallensteen, P., Eriksson, M., Sollenberg, M. & Strand, H. (2002). Armed Conflict 1946–2001: A New Dataset. *Journal of Peace Research*, 39(5), pp.615–637.



- Gurr, T.R. (1970). *Why Men Rebel*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Gurr, T.R (2000). *Peoples Versus States: Minorities at Risk in the New Century*, United States Institute of Peace.
- Hegre, H. & Sambanis, N. (2006). Sensitivity Analysis of Empirical Results on Civil War Onset, *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 50 nº 4, Agosto de 2006, pp.508-535.
- Hodges, T. (2001). *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*, Oxford: James Currey.
- James, W.M. (2004). *Historical dictionary of Angola*. - New Ed. Oxford: The Scarecrow Press, Inc.
- Korf, B. (2006). Cargo Cult Science, Armchair Empiricism and the Idea of Violent Conflict, *Third World Quarterly*, Vol. 27, nº 3, 459 – 476.
- MRP (2005). Minorities at Risk Project "Minorities at Risk Dataset". College Park, MD: Center for International Development and Conflict Management. Retirado de <http://www.cidcm.umd.edu/mar/> em: [Julho de 2008].
- Oliveira, R.S., 2007. *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*, London: C. Hurst & Co.
- Østby, G. (2008). Polarization, Horizontal Inequalities, and Violent Civil Conflict. *Journal of Peace Research* 45 (2): 143–62.
- Pereira, A.W. (1994). The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola, 1992–3. *The Journal of Modern African Studies*, 32, p. 128.
- Regan, P. M., and Meachum, M. S. (2014). Data on Interventions during Periods of Political Instability. *Journal of Peace Research* 51(1):127 –135.
- Rodrigues, L.N. (2004). "Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960, Apresentação feita no 22º encontro de Professores de História em Abril de 2004, <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140>.
- Sambanis, N. (2002). A Review of Recent Advances and Future Directions in the Quantitative Literature on Civil War, Defence and Peace Economics, 13:3, 215-243, DOI: 10.1080/10242690210976.
- Sambanis, N. (2004). What is Civil War? Conceptual and Empirical Complexities of an Operational Definition. *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 48, Nº 6, Dezembro de 2004, pp. 814-858.
- Sambanis, N. (2005). Conclusion: Using Case Studies to Refine and Expand the Theory of Civil War, in Collier, P. e Sambanis, N (ed.). *Understanding Civil War (Volume 1: Africa): Evidence and Analysis*, World Bank.
- Sousa, R.R.P. (2015). "External Interventions in Post-Cold War Africa, 1989–2010", *International Interactions*. Vol. 41, Edição 4, 2015. DOI:10.1080/03050629.2015.1028626.
- Stewart, F. (2002). *Horizontal Inequalities: A Neglected Dimension of Development*, WIDER Annual Lectures 5.
- Stedman, S.J. (1997). "Spoiler Problems in Peace Processes", *International Security* 22(2), 5-53.



Stuvøy, K. (2002). War Economy and the Social Order of Insurgencies - An Analysis of the Internal Structure of UNITA's War Economy. *Arbeitspapier* nº 3, 2002, Hamburg University, IPW.

Spikes, D. (1993). *Angola and the politics of intervention: from local Bush war to chronic crisis in Southern Africa*, Jefferson, North Carolina: McFarland and Company.

Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: McGraw-Hill.

Wright, G. (2001). *A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho.